

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Ducci tenta furar a bolha bolsonarista em Curitiba

Em Curitiba, PSB tenta furar bolha conservadora

No último levantamento feito pelo Instituto Paraná Pesquisas em Curitiba, o deputado federal Luciano Ducci (PSB) aparece como favorito nos quatro cenários. Em um deles, que coloca na disputa o ex-governador Beto Richa (PSDB) na disputa, a vantagem é pequena, na verdade uma situação de empate técnico com o deputado estadual Ney Leprovist (União Brasil).

Feito

Estrategicamente, seria um feito importante conseguir eleger um prefeito desse campo na capital de um estado que tem sido eminentemente conservador, um dos principais redutos do bolsonarismo. Bolsonaro teve 55,26% dos votos em Curitiba, contra 31,42% dados a Lula.

No caso, Ducci com 16,2% e Leprovist com 16%. Nos demais cenários, sem Richa, a vantagem de Ducci sobre Leprovist é mais folgada. E mais ainda sobre o candidato da situação, o vice-prefeito Eduardo Pimentel (PSD). Tal situação tem feito com que o PSB se esforce para convencer os demais partidos do campo da esquerda a fechar uma coalizão ampla em favor da candidatura.

Gleisi e Zeca

O esforço de formação dessa coalizão ampla, porém, tem esbarrado em uma ala do PT. A presidente do partido, deputada federal Gleisi Hoffmann, defende a formação da coalizão. Mas outra ala, na qual está o deputado federal Zeca Dirceu, defende candidatura própria.

Joédson Alves/Agência Brasil



Gleisi defende a coalizão. Zeca Dirceu é contra

Executiva foi a favor, mas com margem muito pequena

A Executiva do PT chegou a fazer uma votação para definir a coalizão com o PSB em Curitiba. Obteve a maioria, mas com uma margem abaixo de dois terços dos votos, o que foi insuficiente para determinar a união. Foram 24 votos a favor da coalizão e 19 contrários. Em abril, deverá haver uma votação plenária mais ampla, com

a consulta dos militantes. Há três pré-candidatos petistas na disputa: além do próprio Zeca Dirceu, a deputada federal Carol Dartora e o advogado Felipe Mongruel, conhecido como Magal. Dos três, o Paraná Pesquisas testou Dartora em um dos cenários. Ela ficou com 2,8%. Na defesa da coalizão, mais governabilidade.

Impeachment

Os contrários apontam o dedo para o perfil de Luciano Ducci. Lembram que ele, como deputado, votou a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Nesse ponto, porém, o governo hoje tem vários aliados que foram também a favor do impeachment.

Capitais

Em Palmas, o candidato do PSB é Carlos Amastha. Em São Luís, Duarte Júnior. Amastha aparece em segundo nas pesquisas, atrás da vereadora Janad Valcari (PL). Em São Luís, o mesmo acontece: Duarte Junior aparece atrás do atual prefeito, Eduardo Braide (PSD).

Estratégicas

O PSB tem cinco capitais que são estratégicas nas suas pretensões. Além de Curitiba, encaixam-se nessa situação Recife, São Paulo, São Luís e Palmas. No Recife, disputa-se a reeleição do atual prefeito, João Campos. Em São Paulo, a candidata é a deputada Tábata Amaral.

E o PT?

O problema está no PT, de fato, abrir mão de candidaturas próprias para formar coalizões. Hoje, o PT só aparece favorito em uma disputa de capital no país. Com a deputada federal Adriana Accorsi, em Goiânia. Na última Paraná Pesquisas, de fevereiro, ela liderava.

Governo terá de reverter derrota em comissões

Especialistas avaliam que oposição mirou nas eleições

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

A partir da próxima semana, as comissões da Câmara dos Deputados dão início aos seus trabalhos. Após conflitos entre indicações da base governista e da oposição, os parlamentares chegaram a um acordo e elegeram os presidentes de importantes comissões da Casa. E o governo federal sofreu “baixas” em indicações importantes para a Casa, com os comandos entregues para parlamentares vistos como radicais, especialmente Carolina de Toni (PL-SC) e Nikolas Ferreira (PL-MG), que irão ocupar, respectivamente, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e a Comissão de Educação. A indicação de Nikolas Ferreira foi vista com maus olhos pela base governista, especialmente porque haverá este ano a votação do chamado Plano Nacional de Educação (PNE).

O Partido Liberal, por ser a maior bancada da Câmara, tem prioridade na proporcionalidade de composição para o comando das comissões. Dessa forma, apesar das indicações não ter agradado a base governista, os acordos internos da Câmara, inclusive com o presidente Arthur Lira (PP-AL), foram cumpridos.

Eleições

Na avaliação do cientista político André César, as indicações do PL de representantes conhecidos por uma presença marcada pela atuação contra o governo federal visa chamar a atenção para as eleições municipais deste ano.

“O PL é um partido relevante que tem o projeto de ganhar mil prefeituras nas eleições no segundo semestre. Essas comissões com essas figuras garantem



Nikolas Ferreira, escolha polêmica para Comissão de Educação

maior visibilidade, pensando pelo ponto de vista do plano do âmbito eleitoral. Então, botar essas figuras nessas posições chama a atenção para o partido”, afirmou César ao Correio da Manhã.

A reportagem também conversou com a advogada e mestranda em poder Legislativo no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) Gabriela Santana, que concorda com o cientista político.

“Eu acredito que isso foi uma estratégia mirando as eleições municipais, porque se puxa a pauta ideológica e isso chama voto. A base política são os municípios. Então, é um jogo estratégico bem pensado, mas também há a composição dos plenários nessas comissões, que vão votar de acordo com os seus partidos”, destacou a advogada.

Governo

Santana lembrou que, apesar de figuras menos moderadas da oposição estarem ocupando comissões importantes da Casa, o governo também está presente em comissões de interesse. “O governo ponderou quais eram as comissões principais para eles. Então, a Comissão de Saúde ficou com o governo [Dr. Francisco, do PT do Piauí]. A Comissão de Cultura ficou com a Federação PV, PCdoB e PT [com o deputado Aliel Machado, do PV do Paraná]. A precisamos ainda esperar como vai ficar a composição das mesas dessas comissões. Porque apesar de 19 comissões terem sido instaladas, não foram todas que tiveram eleitos os presidentes, e nós não tivemos as eleições de primeiro, segundo e terceiro vice”, ela ponderou.

Atuação

Os analistas discordaram na atuação dos parlamentares da oposição. Para André César, as comissões lideradas por Caroline de Toni, Nikolas Ferreira e Alberto Fraga (PL-DF) – nomeado para presidir a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado — serão marcadas por conflitos e discursos voltados para a ala conservadora da sociedade.

Por outro lado, Gabriela Santana pontuou que Caroline de Toni discursou em sua posse que sua gestão ouvirá todos os lados da Casa. “Obviamente vai haver alguns momentos em que algumas pautas mais ideológicas serão discutidas. Mas alguns líderes da oposição deixaram bem claro que ambos os mandatos vão ter esse olhar para que se cumpra mais a função de presidência nesses colegiados do que a função de pensamento ideológico desses parlamentares”, disse a mestrand.

Governo

Questionado pela reportagem, André Cesar considera que, no momento, o governo federal precisa focar em seus objetivos.

“Ao governo, resta baixar a bola e tentar avançar a agenda de interesse do governo, que é uma agenda complexa. Por exemplo, tem a implementação da reforma tributária e outras pautas econômicas que também estão esperando para ser tocadas. Então, quanto menos barulho para o governo, melhor para o Planalto melhorar. Nesse sentido, o ideal é o governo não criar intrigas e seguir com as tentativas de aprovar o que considera importante. É uma agenda pesada, o tempo é curto no parlamento no segundo semestre”, afirmou o cientista político.

Câmara aprovou pacote de projetos para mulheres

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Por Ana Paula Marques

Como acontece tradicionalmente, a bancada feminina da Câmara dos Deputados preparou um pacote de projetos para ser analisado pelo plenário da Casa neste Mês da Mulher. Sete projetos foram aprovados em plenário esta semana. Um deles cria uma situação de agravante e aumenta a pena da violência psicológica contra a mulher com uso de Inteligência Artificial (IA). Agora, o projeto será discutido pelo Senado Federal.

O projeto aumenta a pena para o crime, que pode chegar a três anos se o crime for cometido mediante uso de IA ou qualquer outro recurso tecnológico que altere imagem ou som da vítima. Atualmente, a pena máxima para o crime de violência psicológica contra a mulher é de prisão de até dois anos, e multa.

Outros projetos também foram aprovados ainda no início da semana. A proposta que cria o Programa Empresa Rosa, que promove a inclusão e a reinserção de mulheres diagnosticadas, em tratamento ou em período de aguardo de remissão do câncer de mama no mercado de trabalho. Outro projeto, da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), aprovado na última terça-feira (5), proíbe a discriminação contra estudantes e pesquisadores em razão de gestação, parto, nascimento de filho ou adoção, nos processos de seleção para bolsas de estudo e pesquisa.

Propostas

Também foram aprovadas as salas de acolhimento exclusivas para mulheres vítimas de



Benedita da Silva presidiu a sessão que aprovou os projetos

violência nos serviços de saúde próprios e nos serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda no âmbito da violência contra mulheres, projeto obriga que o SUS garanta o direito da mulher vítima de violência de ser atendida em local e ambiente com privacidade e restrição de acesso de terceiros não autorizados pela paciente. A proposta, que ainda precisa ser apreciada pelo Senado, prevê a necessidade de garantir a privacidade da mulher e a restrição de acesso de terceiros não autorizados pela paciente, em especial do agressor.

Também foi aprovado o texto que inclui iniciativas efetivas para o Agosto Lilás, mês de conscientização para o fim da violência contra a mulher. O texto propõe iniciativas criativas e inovadoras para enfrentar essa violência.

Uma delas é o chamado “Projeto Banco Vermelho”.

Esse projeto propõe a instalação de bancos em praças públicas de grande circulação na cor vermelha com frases para estimular a reflexão sobre o tema e contatos de emergência, como o número telefônico “Ligue 180”, para eventual denúncia e suporte para a vítima. De acordo com o projeto, será possível estabelecer premiação para os melhores projetos de conscientização e enfrentamento da violência contra a mulher e reintegração das vítimas. O texto segue agora para a análise do Senado.

Feminicídios

Mesmo sendo uma tradição ter pautas voltadas para a proteção dos direitos femininos no mês de março no Congresso, somente no ano passado, o Brasil registrou 1.463 casos de mulheres que foram vítimas de feminicídio — ou

seja, cerca de um caso a cada seis horas. Esse é o maior número registrado desde que a lei contra feminicídio foi criada, em 2015.

Os dados foram divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) na última quinta-feira (7). A pesquisa apontou que 18 estados apresentaram uma taxa de feminicídio acima da média nacional, Acre, Rondônia e Tocantins, são os estados mais violentos para mulheres com taxa de 2,4 mortes por 100 mil.

O Distrito Federal vem logo em seguida, marcando 2,3 mortes por 100 mil mulheres no ano passado. O Fórum apontou ainda que 73% dos crimes foram cometidos por um parceiro ou ex-parceiro íntimo da vítima; 10,7% das vítimas foram assassinadas por familiares; 8,3% dos autores são desconhecidos e 8% dos casos foram cometidos por outros conhecidos